BIOTECNOLOGIA

MP da soja é sancionada com apenas um veto

Agora, apenas os agricultores serão responsabilizados por eventuais danos

HERTON ESCOBAR
e FABÍOLA SALVADOR

O presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou, com apenas um veto, o texto de conversão da Medida Provisória 131, que autoriza o plantio de soja transgênica na safra 2003/2004. O veto retirou da lei o dispositivo que responsabilizava a empresa detentora da tecnologia – nesse caso, a multinacional Monsanto, dona da patente sobre a soja Roundup Ready (RR) – por eventuais danos decorrentes da atividade. Dessa forma, a responsabilidade recai exclusivamente sobre os produtores, que "responderão, solidariamente, pela indenização ou reparação integral do dano, independentemente da existência de culpa".

A referência vale para danos ao ambiente e a terceiros. Além disso, será obrigação do produtor arcar com qualquer ônus "relacionado a eventuais direitos de terceiros sobre as sementes". O que significa que, se alguém tiver de pagar royalties à Monsanto, serão os produtores. A cobrança é polêmica por causa da origem das sementes, que, apesar de conterem o gene RR, foram pirateadas da Argentina.

O texto de conversão da medida provisória – transformada em Lei 10.814 – foi publicada ontem no *Diário Oficial* da União. A MP foi editada no dia 25 de setembro e recebeu várias emendas no Congresso. Uma delas, vetada pelo presidente, era o parágrafo que estendia a responsabilidade dos danos à empresa detentora da tecnologia. A justificativa do Executivo é que a cobrança de royalties deve ser regida pela Lei de Patentes, e não por "uma lei que se destina a, única e exclusivamente, estabelecer normas excepcionais para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra 2003".

"Ademais, há que se registrar o caráter ilícito da importação das sementes em questão, o que torna ainda mais complexa a relação jurídica entre os eventuais detentores de direitos sobre patentes e os produtores rurais", acrescenta a explicação.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) criticou o veto. "A empresa deveria ser responsabilizada pela tecnologia desenvolvida por ela. Os produtores rurais não são cientistas e não fazem pesquisas para saber se uma variedade é segura ou não", disse o chefe do Departamento Econômico da CNA, Getúlio Pernambuco. Ele reconheceu, entretanto, que não há evidência de malefícios causados pela soja transgênica. Por isso, acredita que a lei não trará problemas para os agricultores que plantaram sementes modificadas.

Uma das emendas mantidas no texto final autoriza o registro provisório de outras variedades de soja geneticamente modificada, "sendo vedada expressamente sua comercialização como semente".

O objetivo é permitir que empresas nacionais comecem a reproduzir variedades brasileiras de soja Roundup Ready, que confere resistência ao herbicida glifosato. A Embrapa possui 11 cultivares de soja com o gene RR e a Coodetec, 4, adaptadas para diferentes regiões do País. Os pedidos de registro já estão no Ministério da Agricultura. Uma vez concedidos, as empresas ainda precisarão de pelo menos dois anos para produzir sementes em quantidade suficiente para comercialização – caso a soja transgênica seja definitivamente liberada.

MAS POLÊMICA DE ROYALTIES CONTINUA

LIBERAÇÃO CONTROLADA

Principais pontos da Lei 10.814, que autoriza o plantio de soja geneticamente modificada (GM) na safra 2003/2004

- A liberação vale apenas para sementes reproduzidas e guardadas pelos próprios agricultores da safra passada
- Os grãos de soja GM precisam ser comercializados até 31 de janeiro de 2005 (com possível prorrogação do prazo por 60 dias)
- É proibida a comercialização dos grãos GM como semente
- Só estão autorizados a plantar sementes GM os produtores que assinaram o Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta
- O Ministério da Agricultura poderá isentar da lei áreas que forem comprovadamente livre de transgênicos
- A soja GM e os produtos dela derivados deverão ser rotulados
- Produtores que descumprirem a lei não poderão receber financiamentos e empréstimos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)
- Os produtores de soja GM serão os únicos responsáveis por qualquer dano ao meio ambiente e a terceiros – independentemente de culpa – assim como qualquer ônus relacionado a "direitos de terceiros sobre as sementes" (patentes)
- É proibido o plantio de soja GM em áreas de conservação e terras indígenas
- Ficam proibidos a produção e uso de sementes modificadas estéreis
- Outras variedades de soja GM poderão obter registro temporário para multiplicação, com acompanhamento do Ministério da Agricultura. Mas a comercialização como sementes fica proibida
- O cumprimento da lei será monitorado por uma Comissão de Acompanhamento, integrada por ministérios e órgãos de fiscalização
- Produtores que descumprirem a lei serão multados em valor a partir de R$ 16.110, dependendo da lesividade da conduta

ArtEstado

Requião vai à Justiça pedir que se investigue ministro Rodrigues

E quer também a lista dos produtores de seu Estado que assinaram o Termo de Compromisso

EVANDRO FADEL

O governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), apresentou ontem representação contra o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, ao procurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, em *Curitiba*. Ele pede que seja investigada a atitude do ministro em relação aos pedidos feitos pelo Paraná para ser declarado área livre de transgênicos e para que o ministério forneça a lista de produtores paranaenses que assinaram o Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta para plantar soja transgênica. A lista também foi pedida em mandado de segurança ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Perto de 15% da soja paranaense é transgênica e os produtores relutaram em assinar o Termo de Compromisso temendo represálias do governo do Estado. "Estamos em guerra contra os transgênicos porque o Paraná não abre mão dos seus princípios e interesses", disse Requião. A lei que proibia transgênicos no Estado foi considerada inconstitucional.

No Sul – Já os produtores gaúchos festejaram a sanção da MP 131, que o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), Ezídio Pinheiro, definiu como "a liberdade de plantar". "Nós sempre dissemos que não há prejuízo ambiental e não temos o que temer", destacou Pinheiro. (Colaborou Elder Ogliari)

Incêndio na UFRS foi criminoso

ELDER OGLIARI

PORTO ALEGRE – O incêndio que destruiu o Centro de Biotecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no dia 8 de novembro foi criminoso. A conclusão é de uma investigação da Polícia Federal, cujas conclusões, ainda não tornadas públicas, foram reveladas pelo jornal *Zero Hora*. Os laboratórios abrigavam equipamentos usados no desenvolvimento de plantas transgênicas, entre os quais um seqüenciador de DNA, uma incubadora de plantas e duas cabines aclimatadoras. O prejuízo foi calculado em R$ 2,9 milhões.

A investigação revelou que o fogo não foi provocado por um curto-circuito, mas foi ateado propositalmente em três pontos do centro. A suspeita é de que o incêndio seja obra de ativistas antitransgênicos. "Com esta ação, o terror desalojou centenas de estudantes em formação científica avançada, interrompeu aulas, estudos e experimentos, destruiu equipamentos no valor de milhões, abalou a estrutura do prédio", disse o pesquisador Homero Dewes, em artigo publicado ontem. "Continuaram inabalados, entretanto, a determinação e o ânimo daqueles que dedicam a sua vida à educação e à ciência."

Vidal Cavalcante/AE

Prêmio Multicultural

Os indicados ao Prêmio Multicultural Estadão 2003 participaram ontem no Instituto Tomie Ohtake, na capital, de uma festa de confraternização com organizadores, a comissão julgadora e convidados. Receberam seus prêmios os vencedores deste ano: o documentarista Eduardo Coutinho, o cineasta Ruy Guerra, o maestro Moacir Santos e o Canal Brasil, representado pelo seu diretor, Wilson Cunha.

SAÚDE

Sai 1.ª indenização por plástica

GOIÂNIA – O ex-médico Denísio Marcelo Caron foi condenado a pagar indenização de R$ 88 mil a Marlene Maria Alves, uma das ex-pacientes que apresentou seqüelas após ter se submetido a cirurgia plástica com ele. A sentença é do juiz Gerson Santana Cintra, da 11.ª Vara Cível de Goiânia. No fim do ano passado, o Conselho Federal de Medicina cassou o registro profissional de Caron.

Pelos danos materiais, a indenização foi estipulada em R$ 8 mil; pelos danos morais, em R$ 80 mil. Essa foi a primeira decisão judicial que obriga Caron a indenizar uma ex-paciente.

Marlene foi submetida a uma lipoaspiração em 24 de julho de 2000 e ficou com seqüelas graves. No processo, ela alega que Caron demonstrou imperícia e foi negligente. Após a cirurgia, houve inchaço, sangramento e posteriormente infecção generalizada, diagnóstico feito só depois de Marlene procurar outros médicos. Em sua justificativa, o juiz considerou outras denúncias de seqüelas e a acusação que recai sobre Caron de ter provocado a morte de cinco mulheres. (Bruno Hermano, especial para o Estado)

Cirurgia cega 11 pacientes no Sul

PORTO ALEGRE – Onze pacientes submetidos a cirurgias para correção de catarata no Hospital da Visão de Novo Hamburgo, na região metropolitana de Porto Alegre, perderam a visão em um de seus olhos. Como todas as operações ocorreram no mesmo dia – 8 de dezembro – e no mesmo local, a direção do hospital fechou o bloco cirúrgico e está investigando as causas do problema. O Conselho Regional de Medicina (Cremers) pediu análise de todo o equipamento e material usado nas cirurgias e vai enviar uma comissão de fiscalização ao hospital hoje.

As primeiras suspeitas apontam para um caso infecção hospitalar. Os sintomas descritos pelos pacientes, nos dias seguintes à cirurgia, foram febre, vômitos e náuseas.

Apenas 5 das 16 pessoas operadas no dia 8 não apresentaram problemas. O Hospital da Visão foi credenciado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em novembro do ano passado e já fez cerca de 1,5 mil cirurgias de catarata. (E.O.)

Tráfico de rim: delegada de PE encerra inquérito

A delegada federal Karla Gomes concluiu o inquérito que apura o tráfico internacional de rins a partir de Pernambuco e o enviou para apreciação do Ministério Público Federal, que deverá oferecer denúncia contra os envolvidos no crime. Onze acusados de participação no tráfico estão presos. A delegada, que preside as investigações, continuou ontem ouvindo envolvidos no caso, em depoimentos que serão anexados ao inquérito como autos suplementares.

Faap só aceitará matrícula por meio da internet

Numa atitude pioneira no País, em 2004 a Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) só aceitará a matrícula dos 3 mil alunos aprovados no vestibular e a rematrícula de seus 8 mil alunos pela internet. Mesmo quem quiser ir à faculdade para a matrícula terá de efetivá-la num dos 300 computadores do campus. Segundo Rafael Possik, gestor de Informação da Faap, a idéia é acabar com as filas na secretaria, tornar mais ágil o processo e dar o exemplo do uso inteligente de recursos (papel, tinta, etc.).

MP dá à ANS mais poder para fiscalizar planos

A Agência Nacional de Saúde Suplementar anunciou ontem que foi ampliado seu poder de fiscalização dos planos de saúde antigos – contratados até 2 de janeiro de 1999, antes da entrada em vigor da Lei dos Planos de Saúde – pela Medida Provisória n.º 148, publicada ontem no *Diário Oficial* da União. Pela MP, a ANS está autorizada a instituir programas especiais de incentivo à adaptação de contratos antigos para facilitar o acesso dos consumidores desses contratos a garantias e direitos definidos pela lei.

Terminou ontem exame da Unesp: prova foi fácil

Terminou ontem o vestibular da Unesp. No último dia do exame, os candidatos fizeram as provas de Redação e Língua Portuguesa. Segundo análise dos professores do Objetivo, elas não foram difíceis. A prova de Português exigiu atenção e paciência do aluno, que teve de ler e interpretar vários textos. O tema proposto para a Redação foi "Os estrangeirismos na Língua Portuguesa". Cinco textos foram oferecidos para estimular a reflexão do candidato.

CLIMA

2003 é o terceiro ano mais quente no mundo desde 1861

Temperaturas mais altas só em 2002 e 1998, diz Organização Meteorológica Mundial

JAMIL CHADE
Correspondente

GENEBRA – O ano de 2003 foi o terceiro mais quente já registrado pelos cientistas, que avaliam as temperaturas desde 1861. A informação é da Organização Meteorológica Mundial (OMM), que ontem divulgou seu relatório sobre o clima neste ano. Segundo a agência ligada à ONU, apenas 2002 e 1998 registraram temperaturas mais elevadas que 2003. Diante do fenômeno, uma espécie de "caos climático" parece se tornar constante, gerando efeitos desastrosos para vários países, inclusive o Brasil. De acordo com a seguradora Swiss Re, os desastres naturais custaram ao mundo, em 2003, US$ 65 bilhões em termos materiais.

O buraco na camada de ozônio na Antártida atingiu, em setembro, dimensões sem precedentes: 28 milhões de metros quadrados.

Sem neve – De acordo com os registros da ONU, a temperatura de 2003 foi 0,45º C mais alta que a média entre 1961 e 1990. A Europa, por exemplo, experimentou onda de calor inédita. Alemanha, França, Portugal, Inglaterra e Holanda tiveram temperaturas recordes, ultrapassando 40º C. Incêndios proliferaram e até a neve eterna dos Alpes suíços sofreu descongelamento recorde. Houve altas temperaturas também no Alasca, no norte do Canadá, China e Índia.

As secas e grandes enchentes foram a marca do ano. O que mais preocupa a OMM, porém, não são os fenômenos naturais isolados, mas o fato de que o aquecimento da Terra está se acelerando.

PREJUÍZOS CHEGARAM A US$ 65 BILHÕES